



# Anais da Assembléia

N. 121

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 7 DE NOVEMBRO DE 1985

ANO XI

## 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 103.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 1985. QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Rubens Bueno.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o senhor Deputado Roberto Requião (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Proceder à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### EMENDA:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA

AO PROJETO DE LEI N. 279/85

Substitua-se o Art. 1.<sup>o</sup> pelo seguinte:

"Art. 1.<sup>o</sup> - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Companhia de Habilitação do Paraná (COHAPAR) os imóveis de sua pro-

priedade, localizados no município de Nossa Senhora das Graças, constituídos pelos lotes n. 6, 7 e 8 da Quadra n. 26, do perímetro urbano daquela cidade, com área de 1.575 m.<sup>2</sup>, (num mil, quinhentos e setenta e cinco metros quadrados) matrículas n. 7133 e 7134, Livro 2, do Cartório de Imóveis da Comarca de Colorado."

Sala das Sessões, em 07/11/85.

(a) IRONDI PUGLIESI.

Apoio: Sérgio Spada, José Antônio

Fonseca, Anibal Khury e Trajano Bastos.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja colocado em Regime de Urgência o Projeto de Resolução n. 203/84, que visa aprovar relatórios finais e parciais da CPI da corrupção e outras providências.

Sala das Sessões, em 07/11/85.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n. 134/85 que cria o município de CORUMBAÍ DO SUL.

Sala das Sessões, em 07/11/85.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dada preferência de votação ao Projeto de Lei n. 211/85, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar até o limite de Cr\$120.504.445.000 (Cento e vinte bilhões, quinhentos e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e cinco cruzeiros), conforme especifica.

Sala das Sessões, em 07/11/85.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Líder do Governo e PMDB

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER, o encaminhamento à Comissão de Redação, dos projetos de lei aprovados em 3.<sup>a</sup> discussão na

sessão de hoje, a fim de nele serem incluídas as emendas igualmente aprovadas e, em seguida, remetidos ao Departamento competente, para efeito de elaboração dos respectivos autógrafos.

Sala das Sessões, em 07/11/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na qualidade de autor do requerimento, aprovado por esta Casa em sessão do corrente, que solicita a criação de uma Comissão Especial composta de 05 (cinco) membros para verificar "in loco" a situação das terras cedidas pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Indústria e Comércio do Paraná, Doutor Francisco Simeão Rodrigues Neto, para desapropriação com fins de implantar a Reforma Agrária no Estado do Maranhão, requeiro a inclusão na referida comissão de meu nome, tendo em vista a minha desfiliação partidária, sem ônus para este Poder.

Sala das Sessões, em 07/11/85.

(a) FUAD NACLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofícios aos Excelentíssimos Senhores Osiris Stenghel Guimarães, Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A., e Jorge Moura, Diretor de Pessoal, sugerindo-lhes que o enquadramento dos ferroviários não optantes e inativos por invalidez seja discutido como meta prioritária pela Comissão de Classificação de Cargos daquela empresa.

Sala das Sessões, em 07/11/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

A imprensa noticiou que no dia 31 de outubro próximo passado, a presidência da R.F.F.S/A., instalou uma Comissão, com a finalidade de estudar a revisão do Plano de Classificação de Cargos daquela Empresa.

O Diretor de Pessoal informou à imprensa que serão estudadas reformulações no atual Plano, abrangendo 157 categorias profissionais.

Desde que não foi mencionado se os estudos abrangerão os casos dos não optantes e dos intivos por invalidez, cujo problema já é do conhecimento da Rede e do Ministério dos Transportes, é justo que seja dada prioridade à solução desses casos.

O presente requerimento tem por objetivo levar ao conhecimento da Comissão recentemente instalada, pedido dos ferroviários paranaenses, que lá estarão represen-

tados por entidades representativas da classe que talvez desconheçam a angustiante situação em que se encontram.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento do presente REQUERIMENTO endereçado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Campo Mourão, José Pochapski; ao Ilustríssimo Senhor Diretor da FUNDESCAM, Doutor Antônio Carlos Ribas Malachini; ao Ilustríssimo Senhor Vice-Diretor e Presidente do Conselho de Administração da FUNDESCAM, Agenor Krul; ao Ilustríssimo Senhor Presidente da ADESCAM- Associação dos Docentes do Ensino Superior de Campo Mourão, Paulo R. Santana Borges e à jovem Presidente do DARBA- Diretório Acadêmico Rui Barbosa, Jeaneth Nunes da Silva, apresentando sugestão no sentido da realização de debates visando a possível realização de eleições diretas para a escolha dos Diretores da FUNDESCAM- Fundação Estadual de Ensino Superior de Campo Mourão.

Divorciado do conjunto da Nação brasileira, o regime militar instaurado a partir de 1964, caracterizou-se por ações calcadas no autoritarismo, no arbítrio e na prepotência. Controlando as instituições políticas, principalmente o Legislativo, tirando-lhes ou simplesmente não respeitando suas prerrogativas.

O forte processo de centralização do Poder, notadamente através de legislações ditatoriais, também tiveram nas escolas de ensino superior uma das mais graves consequências, tornando-as, em sua praticidade, afogadas no burocratismo e na imobilidade. Períodos que tornaram as universidades verdadeiros apêndices do fascismo. Com isto, o conjunto dos professores, estudantes e funcionários, profundamente atingidos pelas reitorias e direções subservientes a pseudo revolução, foram tolhidos em seu direito de manifestação e organização.

Entretanto, mesmo diante da marcação que sofriam, os integrantes das universidades não esmoreceram. Reconstruíram suas entidades de representação, mas sobretudo buscaram à sua efetiva organização, contrapondo-se e denunciando o patrulhamento e a seleção ideológica.

Sem nenhuma dúvida, nos dias de hoje, quando as perspectivas e as esperanças para um Brasil novo ressurgem no bojo de um governo civil, é preciso repensar sobre o que é e qual deve ser o papel da universidade brasileira. Tal reflexão, ao contrário do que alguns supõem ou imaginam, não pegou a comunidade acadêmica, estudantil e funcional desavisada. Pois a discussão po-

lítica há muito tornou-se comum, muito bem comprovada nas propostas concretas que tais setores têm levantadas.

Neste sentido, no que diz respeito a imperiosa e inadiável necessidade da democratização das universidades, a eleição direta de reitores, na prática, vai constituir-se no primeiro passo para se acabar definitivamente com a politicagem, as barganhas, o nepotismo, as benesses, as demissões arbitrárias e o clientelismo imposto através de normas, atos executivos, resoluções, portarias etc, emanados "legalmente" de regimentos e estatutos preparados sem a participação da comunidade, possibilitando também impedir-se a nomeação de Reitores comprometidos com interesses extra-universitários.

O Paraná que aliás na área educacional (levando-se em consideração o 1.º e o 2.º Graus) tem sido pioneiro em muitas medidas para que o ensino tome rumos de sua própria libertação e conseqüente autonomia durante o decorrer desta semana Londrina e Curitiba, Universidade Estadual (UEL) e Universidade Federal do Paraná (UFPr), respectivamente, estão vivenciando grandes, históricos e verdadeiros processos quanto ao questionamento de tais instituições, cujos resultados já estão sendo sentidos. Primeiramente o aspecto eleitoral em si com suas propostas; e o segundo fator é a convicção de que a escolha de reitores é o caminho aberto para repensar em uma nova Universidade, aberta, democrática, responsável, comprometida com os destinos do País e do nosso povo, uma vez que ela não pode ser considerada parte da comunidade, mas a síntese e a essência da sociedade.

Deste modo, faz-se necessário expandir esta escolha, ampliando tal procedimento outras instituições de ensino superior. De acordo com esta linha de raciocínio, este REQUERIMENTO tem a finalidade especial de propor o início do debate sério a respeito de tão importante tema: a escolha livre e direta dos diretores da FUNDESCAM, valendo destacar ainda que é visível o real interesse de grande parte dos seus integrantes, professores e estudantes, principalmente.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1985  
(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, do assunto cuja cópia anexa a este Requerimento, e que se trata da coluna publicada no "JORNAL DO ESTADO", de 06.11.85, de autoria do eminente jornalista ROBERTO BARROSO FILHO, que do alto de sua sabedoria muito bem analisou a posição tomada

pelo Senhor Governador do Estado JOSÉ RICHACHA, dentro do atual momento político por que passa nosso Estado.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1985

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do Governo e PMDB.

#### Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 147/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art.1.º- Fica autorizada a realização de plebiscito na área territorial adiante especificada, pertencente ao Município de Tapira, a fim de consulta a sua população objetivando a sua transferência para o Município de Nova Olímpia:

"Começa do Ribeirão das Antas no ponto de cruzamento materealizado pela ponte velha de concreto onde passava antiga rodovia municipal n.203, desta segue em linha seca no sentido leste divisando as glebas n. 403 até chegar no cruzamento das rodovias municipais n. 602 e 102, daí seguindo para o Sul mantendo divisora acompanhando os terrenos denominados Ivaí até a divisa com município de Maria Helena, daí segue-se pelo córrego São Domingos até sua foz no Ribeirão das Antas e por este e justamente até encontrar a ponte velha de concreto, ponto de partida".

Art.2.º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1985  
(a) EDUARDO BAGGIO.

#### JUSTIFICATIVA:

A área que se pretende seja consultada a população pertencente ao Município de Tapira, tem sua proximidade física com a sede do Município de Nova Olímpia, com a qual possui inúmeras identidades quer nos setores administrativos, culturais e sociais. Com a manifestação da sua população poderá ser estabelecido o processo para sua anexação à Nova Olímpia, antiga reivindicação dos seus moradores.

São estas as principais razões para o presente projeto de resolução, que temos a certeza receberá o total apoio dos Nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 148/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art.1.º- Fica a Comissão Executiva au-

torizada a destinar local apropriado, nas dependências da sede do Poder Legislativo, ou nas suas proximidades, com a finalidade de instalação, de uma creche, destinada ao atendimento dos filhos menores de funcionárias da Assembléia Legislativa do Estado.

Art.2.º - A Comissão Executiva poderá realizar convênios com a Cabenfafe, ou entidades assistenciais ou outras congêneres, mediante cooperação mútua para o cumprimento do estabelecimento no Art. 1.º.

Parágrafo Único: Através de Decreto Legislativo a ser baixado pela Comissão Executiva, 30 dias após a publicação desta Resolução, serão regulamentadas as disposições da presente Resolução.

Art.3.º - As despesas decorrentes da execução da presente Resolução correrão à conta do Orçamento próprio do Poder Legislativo.

Art.4.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1985

(a) IRONDI PUGLIESI.

#### JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa atualmente conta com 1.101 funcionários, sendo que destes 448 são mulheres, segundo dados fornecidos pelo próprio Departamento Pessoal, e que estão assim distribuídos:

##### Funcionários Efetivos -

Mulheres: 106

Total: 332

##### Funcionários Adidos-

Mulheres: 43

Total: 97

##### Funcionários Regidos pela C.L.T.-

(Contratados pela Administração):

Mulheres: 131

Total: 282

##### Funcionários que prestam serviços em Gabinetes Parlamentares:

Mulheres: 168

Total: 390.

Esta estimativa reflete a necessidade de instalação de uma creche nas dependências do Poder Legislativo, que facilite tanto o servidor como a servidora que possui filhos de 0 a 6 anos e que enfrentam a dificuldade de local onde deixar seus filhos.

A creche é um direito de todo o trabalhador e trabalhadora. Os debates dados em torno desta questão hoje abranje todos os setores sociais. Recentemente, tivemos o Encontro da Mulher Servidora, onde uma das reivindicações levantadas foi o direito à creche. Neste sentido, sendo Parlamentar do PMDB, um partido compromissado e voltado para as reais necessidades da população, se faz coerente este projeto.

O atendimento à criança de 0 a 6 anos

é um direito, entre outros que vem sendo socialmente construído de uma década para cá de forma mais vigorosa, e vem sendo inclusive, reconhecido de fato pela atuação de diversos organismos do Estado. Além disso, a creche, enquanto objeto de reivindicação encontra-se na confluência de duas necessidades diversas: de um lado a educação da criança pequena, reconhecida tanto por especialista como pela população em geral, como benefício a que todos deveriam ter acesso; de outro, o apoio à mulher que trabalha, a qual enfrenta dificuldades intoleráveis na tentativa de compatibilizar o cuidado das crianças com a necessidade de trabalhar fora de casa, se submetendo às vezes à dupla ou tripla jornada de trabalho.

A Educação das novas gerações é dever de toda a sociedade e não apenas da família. Neste momento de crise profunda, as mulheres são empurradas para o mercado de trabalho e a creche passa a ser uma necessidade do trabalhador. A creche deve ser pensada como a extensão do direito universal da educação e não apenas como uma alternativa para a guarda e proteção da criança pequena para que sua mãe possa trabalhar fora.

A necessidade de uma creche, instalada nas dependências da Assembléia Legislativa, vem fazer justiça à realidade já constatada até pela Consolidação das Leis do Trabalho, através do Art.389, parágrafo 1.º e 2.º e Art. 396, que obriga o empregador a fornecer local apropriado, onde os filhos de suas empregadas tenham guarda e assistência durante o período da amamentação. Tal norma atinge todas as empresas onde trabalham no mínimo 30 mulheres maiores de 16 anos.

Este projeto de lei se baseia na Constituição do Estado do Paraná no Art. 22, parágrafo XIV, que diz: 2 Compete exclusivamente à Assembléia Legislativa propor projetos de lei que criem ou extingam cargos dos seus serviços e fixem os respectivos vencimentos.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 292/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art.1.º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Nelso Vettorello.

Art.2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1985

(a) EDGARD PIMENTEL.

## JUSTIFICATIVA:

A história do Paraná e a história dos pioneiros que foram alargando fronteiras, lançando as sementes de empreendimentos e de cidades, fazendo expandir as regiões, fazendo a ocupação do território, criando novos pontos de civilização e de progresso, e que ainda ultrapassaram as fronteiras do Estado plantando novos pontos de colonização.

Entre tantos sobressai a figura de Nelso Vettorello, natural de Santa Catarina, mas que cedo veio para terras do Sudoeste Paranaense com o pai Adelino Vettorello, que foi um dos fundadores de Francisco Beltrão e onde se destacou pela instalação da primeira serraria, do primeiro moinho, do primeiro posto de serviço etc.

De Francisco Beltrão, onde chegara em 1960, Nelso Vettorello vai a Presidente Prudente, em 1964, trabalhar com um importante realizador de projetos de colonização no País. Em 1968, vai ao Paraguai, onde monta uma serraria; já no ano seguinte volta ao Paraná, instalando-se em Paranaíba, transferindo depois para Curitiba, de onde inicia empreendimentos de colonização na área da Amazonia.

No Estado de Mato Grosso fundou a cidade de Brasnorte, com inteiro sucesso, promovendo ainda o assentamento de milhares de famílias naquele Estado e também em projetos na Bahia.

Em fins de 1979, na cidade de Cascavel, tomou a decisão de organizar um time de futebol que, graças a persistência do fundador e que tantos outros que com ele participaram da projeção, o Cascavel Esporte Clube chegou à conquista do título de Campeão Paranaense de Futebol.

Pelo seu arrojo, pelo sucesso de seus empreendimentos, entre os quais se incluía a criação da "Norbrás", pelo firme empenho na condução dos seus projetos de colonização estimulando as pessoas e famílias a sempre procurarem conquistar novas áreas e novos horizontes, Nelso Vettorello tem dado enorme contribuição na expansão das fronteiras do Estado e do País, sendo merecedor, por todos os títulos, da Cidadania Honorária deste Estado.

PROJETO DE LEI N. 293/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art.1.º - Fica denominado "Antônio Mendes Vasconcelos", o trecho da Rodovia Estadual PR-218, que liga os Municípios de Arapongas a Iguaçu.

Art.2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1985  
(a) IRONDI PUGLIESI.

## JUSTIFICATIVA:

Antônio Mendes Vasconcelos, carinhosamente conhecido por "Totonho" foi um dos pioneiros e desbravadores do progresso hoje existente na região entre Arapongas e Iguaçu.

Natural de Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais, chegou ao Paraná em 1945, vindo a residir em Arapongas, passando a desbravar aquela região até o atual município de Iguaçu.

No Paraná, com sua esposa e filhos, se estabeleceu e através do seu trabalho como fazendeiro na região de Arapongas e adiacências, por 75 anos prestou seus serviços em prol do desenvolvimento paranaense.

Os dados biográficos que apresentamos melhor esclarecemos a justeza do presente plano de lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI N.295/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art.1.º - Fica declarado de Utilidade Pública, o "Recanto da Criança ALAN KARDEK," com sede e foro na cidade de Apucarana.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07/11/85.  
(a) IRONDI PUGLIESI.

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade vem prestando relevante e inestimáveis serviços no campo da filantropia e assistência social à comunidade de Apucarana, conforme atestam o relatório de suas atividades.

A sua ação social é das mais eficazes no atendimento aos menores carentes e abandonados, granjeado-lhe o reconhecimento público municipal, através da Lei municipal n.023/84, de 23/05/84.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento das condições legais previstas na legislação estadual reguladora do instituto da utilidade pública.

Nestas condições, submetemos o plano de lei à consideração dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis, com a certeza do seu apoio.

PROJETO DE LEI N. 296/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art.1.º - Terão direito à gratificação

do Terço de Risco de Vida, os integrantes da Polícia Civil do Estado do Paraná, que integram as carreiras:

- Delegado de Polícia
- - Escrivão de Polícia
- Detetive
- Agente de Segurança
- Carcereiro.

§ 1.º - A presente gratificação não será concedida aos policiais aposentados que já percebem o Terço de Risco ou vantagem similar com base em leis anteriores.

§ 2.º - Os policiais aposentados que percebiam a gratificação de que trata o presente artigo, com base em leis anteriores e cujo valor foi congelado, poderão requerer a sua integralização.

§ 3.º - Estende-se o benefício acima, aos integrantes do Instituto Médico Legal (Médico Legista, Químico Legal, Toxicologista e Auxiliar de Necrópsia) e do Instituto de Polícia Técnica (Perito Criminal).

Art.2.º - Esta gratificação será concedida, também, aos policiais-militares da ativa, reserva remunerada e reformados da Polícia Militar do Estado do Paraná.

§ 1.º - Não se aplica a gratificação de que trata esta lei aos policiais militares da reserva remunerada e reformados que já percebem a gratificação do Terço de Risco de Vida ou vantagem similar, com base em leis anteriores.

§ 2.º - Os policiais-militares da reserva remunerada ou reformados que já percebem a gratificação do Terço de Risco de Vida com base em leis anteriores e cujo valor foi congelado, poderão requerer a sua integralização.

Art.3.º - A gratificação do Terço de Risco de Vida, será calculada:

§ 1.º - Aos componentes da Polícia Civil, 1/3 (hum terço) sobre o vencimento básico da carreira.

§ 2.º - Aos integrantes da Polícia Militar, 1/3 (hum terço) sobre o soldo mais a gratificação especial.

Art. 4.º - Esta gratificação do Terço de Risco de Vida, será percebida por todos os integrantes das Polícias Cíveis e Militar do Estado do Paraná estando eles no exercício efetivo da função policial ou ligada à área de segurança.

Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07/11/85.

(a) LEONIDAS CHAVES.

#### JUSTIFICATIVA:

A proposta de lei, ora submetida, visa ratificar textos normativos que ao correr dos anos vêm sendo interpretados distorcidamente por setores da administração pública estadual. Como consequência, nas Polícias Civil e Militar vêm ocorrendo desequilíbrios na percepção remuneratória

eis que, ocupantes de mesmo cargo ou patente percebem vencimentos distintos; uns, por aguardarem solução administrativa de iniciativa do próprio Poder Público, outros, em função de reiteradas decisões judiciais que conceder sistematicamente o benefício aos que viram suprimido de seu acervo salarial por ato interpretativo errôneo da administração pública estadual.

O projeto em questão objetiva tanto trazer um equilíbrio e portanto satisfação no amplo seio das categorias ligadas à área de segurança pública como, também, reconhecer, a exemplo do Poder Judiciário: "o fato gerador da gratificação de risco de vida e saúde, diferentemente de outras, como as de produtividade, de nível universitário e de função, diz respeito a segurança individual do trabalhador do Estado. E este direito, sendo de natureza constitucional, é superior ao que possa estar ou não estatuído em lei ou regulamento que apenas comandam o regime jurídico do servidor público, não podendo, por consequência, impor-lhe o sacrifício da própria saúde." (T.J.Pr. Acórdão 8.501)

Verificável que tal vantagem tem por especial finalidade, promover uma justa retribuição ao exercício de uma função que corra risco da vida ou saúde, de quem, por profissão, possa vir de um momento para outro, no cumprimento de suas atividades profissionais, a perder sua saúde, a plenitude de sua capacidade física e ou até mesmo, desgraçadamente, a própria vida.

Tanto o Poder Legislativo como o Poder Executivo admitem a generalização da gratificação, ex-vi o inciso V do Artigo 172 da Lei 6.174 de 16/11/1970, não obstante interpretação duvidosa de sua revogação, não agasalhada pelo judiciário, invocando a lei 5978 de 01/08/1969; a lei nova, se admitida a revogação pela anterior, restabeleceria o direito.

A Lei Estadual 7.290 de 27/12/1979, concederia o benefício aos ocupantes de cargos nos estabelecimentos penais do Estado, o que ratifica o propósito de admitir o oportuno e saudável benefício.

Cabe, agora, portanto, a este Poder, que já reiteradamente se tem manifestado favoravelmente, tomar a iniciativa de corrigir injustiças que vêm sendo cometidas como normalizar distorções em curso, de reflexos negativos à própria administração pública estadual.

#### CONCEITUAÇÕES

Os policiais-militares encontram-se em uma das seguintes situações:

a) na ativa

- os policiais-militares de carreira;

- os incluídos na Polícia Militar durante os prazos estabelecidos neste estatuto;

- os componentes da reserva remunerada quando convocados; e

- os alunos de órgãos de formação de policiais-militares.

b) na inatividade:

- na reserva remunerada, quando pertencem à reserva da Corporação e percebem remuneração do Estado, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviços na ativa mediante convocação;

- reformados, quando tendo passado por uma das situações anteriores, estão dispensados, definitivamente, da prestação de serviço na ativa, mas continuam a perceber remuneração do Estado.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) No Horário do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, é o pronunciamento em que eu falo sobre a dupla incidência nas vendas a prazo, do ICM, e que eu apelo a Vossa Excelência que considere como lido.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Pedido deferido.

(Pronunciamento do Senhor Deputado Rubens Bueno, considerado pela Presidência como lido).

"Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Temos acompanhado e apoiado nos últimos dias, uma grande movimentação em torno da questão da reforma tributária de emergência; sabedores que somos dos graves problemas por que passam os Estados e Municípios, devido à política fiscal concentradora e injusta desenvolvida pela União, não podemos deixar de apoiar mais esta acertada medida do Governo da Nova República.

Mas, assim como temos sido críticos veementes das ações confusas desenvolvidas pelo Governo Federal, e pautados no espírito de coerência que tem alinhavado nossa conduta parlamentar, não podemos deixar de estranhar que também entre nós, no Paraná, em determinados pontos, a política estadual está pesando excessivamente.

Refiro-me especificamente ao comércio, e ao peso tributário que sobre ele incide. A reivindicação não é recente: ela encaixa-se dentro dos três pontos básicos que têm direcionado a Federação do Comércio Varejista do Paraná em suas solicitações oficiais: menos carga tributária sobre o setor do comércio; mais recursos de capital que possibilite agilizar as atividades da categoria; e um menor peso burocrático, que venha desvencilhar essas mesmas atividades econômicas.

E é justamente nesta tríade de propostas que se encontra inserido o problema,

injusto, decorrente da disparidade de tratamento tributário, no que se refere à incidência do ICM sobre a parte financiada para empresas que vendam a prestação com recursos próprios.

Ocorre que, além do ICM já cobrado e embutido no valor final do objeto a ser vendido à vista, no caso deste mesmo objeto vir a ser vendido a prazo, sofrerá o acréscimo natural que é decorrente do capital expressado em novas bases monetárias, e mais uma vez do ICM incidirá, configurando a dupla incidência de um tributo sobre o mesmo objeto.

Tal fato tem como consequência direta o maior encarecimento do produto, e o maior índice inflacionário do custo de vida.

Outra consequência, e talvez a mais grave, é a disparidade com que grandes e pequenas firmas comerciais reagem a este tratamento: enquanto as grandes empresas recolhem apenas o ICM sobre o preço à vista, ficando o parcelamento e os encargos financeiros por conta de uma financeira vinculada ao grupo, as empresas comerciais de menor porte, que não podem adquirir e incorporar instituição financeira, ficam extremamente prejudicadas, pois são mais oneradas pela dupla incidência tributária, sendo obrigadas a vender mais caro. Com menor imposto do ICM o produto ficaria mais barato, o giro comercial seria feito de forma bem mais acelerada, com efeitos benéficos para toda a sociedade.

Vejamos o exemplo do Advogado PLÍNIO PRADO GARCI, publicado no periódico "Gazeta Mercantil" de 24 de novembro passado: "uma mercadoria vendida à vista, digamos, por Cr\$100 mil, contém, embutidos no seu preço de venda 17 mil de ICM. No entanto, se o industrial ou o comerciante a vende a prazo, digamos por Cr\$200 mil, o ICM a ser recolhido será de Cr\$34 mil, já no mês seguinte ao da operação mercantil. Mas, se por força da inflação, os Cr\$200 mil passaram a representar os mesmos Cr\$100 mil, verifica-se que a incidência do ICM passou a ser de 34%, ou mais, o que constitui alteração ilegal de sua alíquota.

Este raciocínio torna-se muito mais evidente se desse exemplo, em vez de nos referirmos a cruzeiros, o fizermos em termos de ORTN. Assim, se o preço de venda à vista da mercadoria for de 10 ORTN, nele estará embutido o ICM correspondente a 1,7 ORTN. Mas, se o industrial ou comerciante a vende a prazo, pelas mesmas 10 ORTN, não se poderá cogitar de nova incidência do ICM, que já incidiu sobre o valor total da operação, por ocasião da venda e compra, com a saída da mercadoria, devendo ter sido recolhido aos cofres da Fazenda Estadual do mês subsequente".

É bem verdade que esta situação não é



exclusividade paranaense; efetivamente este procedimento é praxe em quase todo o País, exceto nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde os Governos Estaduais foram sensíveis ao problema da dupla tributação, evitando que os menos favorecidos venham a pagar mais por isso.

Recentemente, a Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, através do seu Presidente, Senhor DILMAR DALEFFE, em contato com a Secretaria de Estado das Finanças, lembrando as 300 empresas, com predominância de médias e pequenas, existentes naquele município, denunciou esta situação injusta e discriminatória para as pequenas empresas, e aventou a hipótese de que o Paraná, identicamente ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina, determinasse a isenção do ICM sobre os juros e a correção monetária.

Por outro lado, o Clube dos Diretores Lojistas de Campo Mourão, por intermédio do seu Presidente Senhor ALCÍDIO PEREIRA, reunidos com os representantes da classe de todo o Paraná, na IX Convenção Estadual do Comércio Lojista do Paraná, solicitam o documento final do congresso, uma maior justiça tributária, principalmente no que tange "A não incidência do ICM sobre os acréscimos das vendas a prazo, cuja justiça já foi alcançada pelos nossos Estados vizinhos, a fim de que as pequenas empresas possam competir em igualdade de condições com as empresas privilegiadas que contam com financeiras próprias.

Através da Informação 147/85, aquela Secretaria descartou a hipótese, justificando que aqueles dois Estados institucionalizaram o procedimento "ao arrepio do mandamento constitucional, à Lei Complementar, é a melhor técnica jurídica-Legislativa". Cabe a pergunta: e a dupla tributação tem o aval da perafornália jurídica? Além disto não há que se cogitar a inconstitucionalidade da medida paranaense, pois aqui não se estará concedendo benefício de excluir o ICM sobre os rendimentos do capital, mas, apenas afastar a incidência incorreta do ICM sobre o valor da atualização monetária.

Tal concessão por parte do fisco, além de estimular imensamente o comércio varejista, traduzir-se-ia em pequeníssima perda aos cofres estaduais, diante dos benefícios sociais de tal atitude.

Neste sentido, estou encaminhando cópia deste pronunciamento ao Governador JOSÉ RICHIA e ao Secretário das Finanças JOÃO ELIZIO, com o objetivo de que o Estado do Paraná se sensibilize para o problema, reconhecendo que a atual situação é extremamente prejudicial para as pequenas empresas paranaenses; e que o Estado só terá a ganhar com um comércio cada vez mais forte."

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Odeni Mongrue.

Ausente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, inscrito.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, o pronunciamento que faria sobre a Política de Recursos Humanos, requeiro a Vossa Excelência que considere como lido.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Deferido.

(Pronunciamento do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, considerado pela Presidência como lido).

"Senhor Presidente, Senhores Deputados:

O Governador José Richa é homem de assumir e honrar compromissos; se os assumiu como candidato, melhor ainda os assume hoje. E, o que é que lhe dá essa segurança ante os desafios, essa certeza de poder atender aos anseios do povo paranaense, desse povo que, ao lhe colocar nas mãos o mandato, tornou-se credor das promessas feitas? O Governador está seguro de que todos os seus colaboradores diretos comungam dos mesmos ideais e propósitos firmes, claros, humanitários. E como podem os seus colaboradores diretos lhe hipotecar tal apoio? Simplesmente porque estão seguros da integridade e capacidade profissional daqueles que escolheram para seus executivos, integridade e capacidade que se busca em todos aqueles que abraçaram o serviço público como carreira, como forma de realização pessoal e como meio de ser útil ao próximo.

De acordo com as funções que exerçam, de cada um é exigida uma formação acadêmica obtida, ou nos bancos das escolas primárias e secundárias, ou nas salas das universidades. Essa formação lhes permite, tal como pré-requisito, serem aceitos no quadro de pessoal do Estado, cumpridas as exigências legais. O Estado, como um todo, é dinâmico, e observa-se então que processos e equipamentos operacionais e os métodos de trabalho sofrem constantes inovações, umas tecnológicas, outras decorrentes da necessidade de adaptação a novas exigências do trabalho.

Ora, não já como exigir e manter um padrão de eficiência e eficácia se os servidores não acompanharem a evolução dos recursos disponíveis no seu campo de atuação. E não há como acompanharem essa evolução se não lhes for ministrado TREINAMENTO adequado ou objetivo. O bom desempenho funcional está ligado apenas à formação regular, acadêmica, exigida daqueles candidatos ao serviço público; ele quase sempre depende de uma complementação curricular, de uma reciclagem de conhecimentos e habilidades, de um ajuste do comportamen-



to individual ao seu ambiente de trabalho. E é somente através do TREINAMENTO e do DESENVOLVIMENTO que se alcança a otimização do desempenho funcional.

É diretriz permanente da Secretaria de Administração, aprimorar dia-a-dia os serviços e os recursos que lhe cabe prover, tanto materiais como humanos. Sem se descuidar dos primeiros, são sem dúvida os recursos humanos que representam a principal preocupação do Secretário da Administração, José Olímpio de Paula Xavier. E desenvolver e aprimorar os recursos humanos, como forma de valorizá-los, é tão grande prioridade do Governo Estadual que aí está a FIDEPAR, Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná, vinculada à Secretaria da Administração, cujo objetivo exclusivo é propiciar oportunidades de treinamento e desenvolvimento ao servidor, seja ele da administração direta ou indireta, estatutário ou celetista, diretor ou técnico, ou o mais simples do órgão.

Há várias formas de treinar e desenvolver recursos humanos, e por várias delas a FIDEPAR procura atingir seus objetivos: a) oferecendo extensa programação de cursos abertos - de livre acesso a órgãos e servidores, segundo o interesse de cada um; b) desenvolvendo e ministrando cursos fechados, por encomenda de entidades públicas ou privadas; c) concedendo a funcionários a Administração Direta, bolsas de estudo de 1.º e 2.º Graus, regular ou supletivo, arcando integralmente com seus custos; d) concedendo, também, a funcionários da Administração Direta, bolsas de estudo em pós-graduação, no país e no exterior, em geral co-patrocinadas por entidades similares e entidades de ensino nacionais e estrangeiras; e) promovendo palestras e conferências a cargo de pessoas da mais alta competência, de reputação estadual e nacional - há poucos meses, trouxe o Professor Aluísio Pimenta, atual Ministro da Cultura; f) dando apoio técnico ao desenvolvimento de teses e monografias.

De março de 1983 até julho deste ano, cerca de 9.000 servidores receberam algum tipo de instrução na FIDEPAR. Somente na metade deste ano, o número de treinandos foi praticamente igual ao de todo o ano passado.

A valorização do funcionalismo público é meta prioritária do Governador José Richa, meta essa colocada a cargo da Secretaria da Administração. E valorizar recursos humanos, não é apenas melhorar seus vencimentos - o que, aliás, a Secretaria da Administração tem conseguido fazer, buscando, numa primeira fase, pelo menos repor os salários extremamente achatados nestes últimos anos; TREINAR e DESENVOLVER o servidor é valorizá-lo acima de tudo,

pois acrescenta-lhe conhecimentos inalienáveis e oferece-lhe a oportunidade de galgar melhores posições, o que implica em salários reais mais altos.

O trabalho que a FIDEPAR vem desenvolvendo é fruto da dedicação e do empenho da equipe chefiada pelo Dr. Celso Ferreira de Almeida, um pontagrossense que muito honra sua terra natal.

Desta tribuna, cumprimentamos o Governador José Richa, o Secretário da Administração, Dr. José Olímpio de Paula Xavier e todos os funcionários e colaboradores da FIDEPAR, pelo trabalho sério, decente e honesto que está sendo realizado em favor do funcionalismo estadual".

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Djalma de Almeida César, inscrito - Ausente.

Não havendo oradores inscrito no Grande Expediente, consulto às Lideranças Partidárias se desejam utilizar de seus horários.

Consulto o PMDB se deseja utilizar de seu horário.

Havendo declinado, consulto o PDS.

Ausente, consulto à Frente Liberal. Havendo declinado e na ausência do PDT, passamos à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, emenda substitutiva ao Projeto de Lei n. 279/85, de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, devidamente apoiada, constante do expediente.

À C.C.J., para incluir no referido Projeto.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sennora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando seja dada preferência de votação ao Projeto de Lei n. 211/85, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar, conforme especifica. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação para o Projeto de Lei n. 211/85, constante da Ordem do Dia de hoje, acima aprovado:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 211/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 155/85), que autoriza o Poder Executivo abrir Créditos Suplementares até o limite de Cr\$ 120.504.445.000 (cento e vinte bilhões, quinhentos e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento do IPE, destinados a cobrir despesas com Pessoal, Custeio e Capital. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 25/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 65/85), que objetiva adotar providências legais no sentido de que o Conselho Paranaense de Turismo, passe, com nova composição e melhor definição de competência a integrar a estrutura da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Visa, ainda, criação do Conselho de Administração da PARANATUR, bem como alterar dispositivos que especifica, da Lei n. 5.948, de 27.05.69. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA, COM EMENDA DE PLENÁRIO. Em votação a Emenda. Aprovado.

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 42/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 80/85), que objetiva criação do FUNDO DE APOIO AO DESPORTO AMADOR - FADA, com a finalidade de prover recursos para o fomento do Desporto Amador, através da Coordenadoria do Esporte, da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte - SECE. Com PARECER FAVORÁVEL E EMENDA SUPRESSIVA da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. Em votação a Emenda de n. 01. Aprovada. Em votação a Emenda de n. 02. Aprovada.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 170/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dispõe sobre a extinção da carreira de Agente de Segurança, passando seus ocupantes a integrar a classe

inicial da carreira de Detetive e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por maioria e com PARECERES FAVORÁVEIS DA C. Seg. P. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Com emenda de Plenário.

Em discussão o projeto e a emenda. Em votação a Emenda n. 01. em 3.<sup>a</sup> discussão. Aprovada.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 43/84, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que autoriza o Poder Executivo implantar nas Escolas Públicas do Distrito de Rancho Alegre, Município de Goioerê, o Ensino de 2.<sup>o</sup> Grau. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 110/84, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que disciplina aplicação do Salário - Educação quota Estadual e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.E., por unanimidade. Aprovado

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 158/84, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública OBRAS SOCIAIS CONGREGAÇÃO PENTECOSTAL TESTEMUNHAS DE JESUS, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 180/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de Utilidade Pública e Entidades SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS, DO BRASIL, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 293/84, de autoria dos Deputados SÉRGIO SPADA E ADHAIL S. PASSOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ASUFEPAR, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 18/85, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública o CENTRO CULTURA ÁRABE BRASILEIRO DO PARANÁ, com sede na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 19/85, de autoria do Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, As mulheres, servidoras Públicas da Administração Direta ou Indireta, será facultado o gozo das férias no

mesmo período do cônjuge funcionário Público Estadual e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e da C..R.H. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 43/85, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem n. 76/85, que dispõe sobre o pagamento da gratificação pela execução de trabalho especial, com risco de saúde, de que trata o art. 172, item V, da Lei n. 6.174, de 16/11/70, aos funcionários da Secretaria de saúde e do Bem-Estar Social, conforme específica. Com PARECERES DA C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade, à EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação a Emenda da C.C.J. Aprovada. Em votação o Projeto. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 102/85, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão especial, no valor do equivalente a 3 (três) salários mínimos regionais à escritora MARIA NICOLAS. Com PARECERES da C.C.J., submetendo a deliberação do Plenário e da C.F., Favorável, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 111/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ITAMARATI, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 115/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE SANTA FELICIDADE, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 118/85, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a Associação de proteção e Assistência Lar Espírita André Luiz, com sede e foro no Município de Paranavaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 119/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 110/85) - Anteprojeto de Lei que objetiva dar Nova Redação ao art. 1.<sup>o</sup> e seu parágrafo único, da Lei n. 7736, de 07/10/83. (permutar imóvel de propriedade do Estado, por imóvel de propriedade do Senhor Frederico Gracite). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 121/85, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que dispõe sobre a transformação dos Distritos Administrativos no Município de Guarapuava em Distrito Administrativo da Sede do Município de Guarapuava, mantidas as divisas com os demais Distritos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 122/85, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA - APMI, de Rio Branco do Sul e Itaperuçu, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 129/85, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que autoriza o Governo do Estado assinar escritura de doação do imóvel constituído pelas datas ns. 2,3 e 4 da Quadra I Patrimônio São Jorge, com área de 1.800m<sup>2</sup>, à Prefeitura de São Jorge do Patrocínio, para construção de edifícios públicos necessários à Administração, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL E EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. Em discussão. Em votação a Emenda. Aprovada.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 130/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 124/85), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Nova Cantú um imóvel com área de 4.050,00m<sup>2</sup>, características e confrontações conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 136/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA EM ENFERMIDADES RENAIAS E MATABÓLICAS - PRÓ-RENAL, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 149/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Guaíra o imóvel de propriedade do estado, constituído de terreno com 3.009,10m<sup>2</sup> e prédio de alvenaria com 216m<sup>2</sup>, lote n. 1 da quadra 35 conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 155/85 de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 138/85), que objetiva autorizar o

Poder Executivo doar ao Município de Mariluz, os lotes de terrenos urbanos ns. 16 da quadra 137 e n. 4 da quadra 69, situados na sede do referido Município e objeto da Transcrição n. 6.490, do livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 156/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 140/85), que objetiva autorizar a doação ao Município de Tibagi do prédio edificado pelo Estado, no ano de 1949, na Praça XV de Novembro, da sede do referido Município e que serviu às instalações do Fórum da Comarca até o dia 25/01/85, bem como a cessão de direitos de posse sobre o respectivo lote de terreno. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 162/85, de autoria do deputado EZEQUIAS LOSSO, que dispõe que o DIA DA BÍBLIA, será comemorado, anualmente, no segundo domingo do mês de dezembro, em todo o território do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 163/85, de autoria do Deputado ADHAIL S. PASSOS, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS NECESSITADOS - Albergue Arthur Corrêa de Freitas, com sede e foro na cidade de Paranaguá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 175/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 150/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo a transferir, gratuitamente, à Universidade Estadual de Ponta Grossa os direitos possessórios que detém sobre o terreno com área de 141.733,28 m<sup>2</sup>, situado no lugar denominado Uvaranas, Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 178/85, de autoria do Deputado NILSO SGUARREZI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NÚCLEO RESIDENCIAL PARIGOT DE SOUZA - ARPAS, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 183/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 136/85), que objetiva criar 10 (dez) cargos de provimento efetivo de Assessor Jurídico, Código PJ-TA-100 Nível

3 e 02 (dois) de Assistente Técnico Administrativo, Código PJ-TA-108, Nível 5, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada e adotar outras providências. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO.

Em discussão o projeto e as Emendas. Em votação as Emendas de ns. 01, 02, 03, e 04. Aprovadas.

Em votação o projeto. Aprovado

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 270/84, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que autoriza o Poder Executivo isentar do ICM, no caso de vendas a prazo, a parcela correspondente ao acréscimo sobre o preço originário da mercadoria, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade e PARECER CONTRÁRIO da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 181/84, de autoria do Deputado LEONIDAS CHAVES, que denomina MOACIR JÚLIO SILVESTRE, a rodovia PR-456, que liga Pitanga a Palmital, passando pelos Distritos de Barra Grande e Barra Preta, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no. D.A. 70/84, de 09/08/84).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 181/84

PARECER:

O presente Projeto de lei n. 181/84 (restaurado) - de autoria do nobre Deputado Leônidas Chaves, tem por finalidade denominar Moacir Júlio Silvestre, a rodovia que liga Pitanga a Palmital, passando pelos Distritos de Barra Grande e Barra Preta.

O projeto está devidamente justificado nos termos regimentais, e não encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, já que não fere qualquer dispositivo legal ou constitucional vigente.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO  
Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 219/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 165/84) objetivando alterar a redação do Artigo 27, da lei n. 7.055, de 04 de dezembro de 1978, bem como adotar providências com vistas e estabelecer condições para implantação, através do ITC,

do Plano de Colonização para fins de Concessão de Uso em terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., e da C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado (Public. no D.A. 84, de 10/09/84, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 219/84

PARECER:

Tendo origem na Mensagem Governamental n. 165/84, o presente projeto de lei tem por objetivo alterar a redação do Artigo 27, da Lei n. 7.055, de 04 de dezembro de 1978, bem como adotar outras providências com vistas a estabelecer condições para implantação, através do ITC, do "Plano de Colonização para fins de Concessão de Uso", em terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas.

A justificativa que acompanha a Mensagem Governamental, elaborada pelo Instituto de Terras e Cartografia - ITC, demonstra de maneira clara e inequívoca o conteúdo social da matéria em exame.

Logo de início, aquela justificativa afirma que "uma nova proposta de governo retratada nos anseios do povo, exige que nela estejam inseridas medidas que visem a inversão no processo de concentração de terra".

A lei que se pretende alterar, dispõe sobre terras devolutas do Estado. A introdução de novos dispositivos visam permitir a destinação de áreas para um "Plano Especial de Colonização", através do qual será concedido o direito de uso da propriedade.

Atualmente, de acordo com a já citada Lei n. 7.055, de 04/12/78, "as terras devolutas não podem ser transferidas via legitimação de posse, face à existência de condições para que se verifique a legitimação, ou mesmo as terras devolutas encontradas vagas, são incorporadas ao patrimônio do ITC".

Assim sendo, aquela lei, embora tenha representado um evidente avanço na solução da questão fundiária em nosso Estado, é absolutamente insuficiente para que o ITC possa desenvolver um processo de colonização efetiva e que de fato resolva a problemática da concentração da propriedade da terra.

Desta forma, as medidas contidas no projeto de lei que ora examinamos, vem de encontro aos mais sentidos anseios de nossa população rural.

No que se refere aos aspectos constitucionais, legais ou regimentais, não há qualquer óbice que impeça o trâmite da matéria em pauta.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do já referido projeto de lei.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 11/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO  
E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N. 219/84

PARECER:

O Plano de lei em tela, originário da Mensagem Governamental n. 165/84, objetiva alterar redação do art. 27 da Lei n. 7.055 de 04/12/78, bem como adotar outras providências com vistas a estabelecer condições para implantação através do Instituto de Terras e Cartografia - ITC, do "Plano de Colonização para fins de concessão de Uso", em terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, chamada a opinar sobre o seu mérito, temos que a Proposição aqui examinada, conforme esclarece a detalhada exposição de motivos elaborada pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado, visa estabelecer uma melhor adequação da Lei n. 7.055, na sua aplicação para fins de desapropriações de terras por interesse social e no reassentamento e colonização.

A sua oportunidade nos convence da necessidade na reformulação da lei aqui pretendida, opinando-se favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05/11/85.

(aa) SÉRGIO SPADA

Presidente

JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 104/85, (Mensagem n. 118/85 - Ex-Proposição n. 112/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo 1º, de 20/06/85 ao Convênio celebrado em 13/05/82, entre o Governo do Estado do Paraná e a CIC S/A., com a interveiência do Município de Curitiba, com objetivo que especifica. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 105/85, (Ex-Proposição n. 01/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da CO-

MISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova as contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1984. Aprovado.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 105/85

A Assembléia Legislativa do Estado, através da Proposição n. 01/85, aprova a seguinte

RESOLUÇÃO:

ARTIGO ÚNICO - São aprovadas as contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1984.

Sala das Comissões, em 22/01/85.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

Relator.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROPOSIÇÃO N. 01/85

PARECER:

SÚMULA: Prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1984.

Através do Ofício n. 033/85/GP a Comissão Executiva e a Diretoria Geral encaminham, para apreciação e julgamento desta Comissão de Tomada de Contas, o relatório elaborado pela Diretoria de Apoio que compõe a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, correspondente ao exercício de 1984.

É de se ressaltar que é o primeiro ano em que se implantou as disposições da Emenda Constitucional n. 19/83, a qual visa consignar um percentual de 3% (três por cento) ao Poder Legislativo da receita direta do Estado. Isto proporcionou que o executado em 1984 fosse 365,65% (trezentos e sessenta e cinco vírgula sessenta e cinco por cento) a mais que o de 1983, com um índice bem superior à inflação do período.

O total da despesa orçamentária atingiu um montante de Cr\$ 24.307.433.692,07 (Vinte e quatro bilhões, trezentos e sete milhões, quatrocentos e trinta e três mil, seiscentos e noventa e dois cruzeiros e sete centavos), isto é, 94,9% (noventa e quatro vírgula nove por cento) superior ao inicialmente programado que era de Cr\$ 12.500.000.000,00 (doze bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros).

Do total dispendido, 63,00% (sessenta e três por cento) foram para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, 19,85% (dezenove vírgula oitenta e cinco por cento) com outras despesas de manutenção e 17,15% (dezessete vírgula quinze por cento) em Investimentos.

No Balanço Financeiro constata-se que o saldo em Tesouraria que passa para o exercício de 1985 é de Cr\$ 1.144.433.352,96 (hum bilhão, cento e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, trezentos e cinquenta e dois cruzeiros e noventa e seis centavos) que somados ao realizável de Cr\$ 1.224.458.152,00 (hum bilhão, duzentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e dois cruzeiros) apresenta um Ativo Financeiro de Cr\$ 2.368.890.504,96 (dois bilhões, trezentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e noventa mil, quinhentos e quatro cruzeiros e noventa e seis centavos), os quais correspondem plenamente ao Passivo a pagar.

Analisando o processo fica evidenciado que a execução foi efetivada dentro dos parâmetros da Lei n. 4.320/64 e demais dispositivos legais atinentes, por isso entendemos que na presente proposição, as contas apresentadas estão em condições de serem APROVADAS, na forma de Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22/01/85.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 106/85 - Ex-Proposição n. 133/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Curitiba, através da Secretaria do Planejamento, com a interveniência da COMEC, objetivando aplicação de recursos do PME/PR - Programa de Investimentos em Transportes Urbanos, com objetivos que especifica. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 107/85 (Mensagem n. 116/85 - Ex-Proposição n. 106/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, objetivando a execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos Municípios mencionados. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 108/85 (Mensagem n. 152/85 ex-Proposição n. 134/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Secretaria de Planejamento da Presidência da Re-

pública, visando conceder bolsas de estudo para que técnicos brasileiros não residentes em Curitiba, participem do III Curso Internacional de Desenvolvimento Rural e Abastecimento Alimentar Urbano, com objetivo que especifica. Aprovada.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 109/85, (Mensagem n. 126/85 - ex-Proposição n. 114/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios de Cooperação Administrativa, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 10/06/85, através da Secretaria de Segurança Pública e EMOPAR, e os Municípios que especifica, objetivando a construção de prédios destinados a abrigar Subdivisões Policiais naqueles Municípios. Aprovado.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 155/85, VETO aposto ao Projeto de Lei n. 238/84, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Paulo Frontin, o Imóvel transcrito sob o n. 11.334, as folhas 52, do livro n. 3-I, do Cartório de Registro de Imóveis de Mallet, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., opinando-se pela manutenção do veto, por unanimidade.

Em discussão. Em votação. Em função do resultado, está mantido o veto e rejeitado o projeto.

Ofício n. DTL/92/85

Curitiba, 30 de setembro de 1985.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 74/85, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n. 238/84, por julgá-lo contrário ao interesse do Estado em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Paulo Frontin, imóvel constituído de um lote de terreno urbano, com área de 14.220 metros quadrados, situado na sede do referido Município.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre de informações prestadas pela Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social esclarecendo que a Fundação de Saúde e do Bem-Estar Social esclarecendo que a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha "construiu e mantém, no citado terreno, um Centro Social Rural com área de 171m<sup>2</sup> já concluído; construiu ainda, um parque infantil com quatro módu-

los; promoveu melhorias no campo de futebol que existia no terreno; construiu uma oficina com área de 50m<sup>2</sup>".

Não obstante o veto apostado, é oportuno esclarecer que a Administração, pelos órgãos próprios do setor, poderá estudar a possibilidade de reversão, ao patrimônio do Município, de parte da área em questão, isto porque as edificações nela feitas pelo Estado não atingem a sua totalidade.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ  
Governador do Estado

#### VETO

RAZÕES EM SEPARADO

EM 30/09/1985.

JOSÉ RICHÁ  
Governador do Estado.

#### PROJETO DE LEI N. 238/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao Município de Paulo Frontin, o imóvel constituído pelo lote de terreno urbano, de forma geométrica irregular sem benfeitorias com área de 14.220.00m<sup>2</sup> (quatorze mil e duzentos e vinte metros quadrados) situado no quadro urbano da cidade de Paulo Frontin, à rua 14 de Dezembro, com as seguintes confrontações e metragens: Ao Norte confronta-se com a primeira face com o Posto de Puericultura, Posto de Saúde e com Orestes Svidnicki, numa extensão de 98,50 metros, e a segunda face com o lote de José Tenchena, numa extensão de 31,00 metros; Ao Sul - confronta-se com o lote de Nelson Dezorec, e lote da Prefeitura, Parque Infantil, numa extensão 158,00 metros; a Leste, confronta-se com a primeira face com a rua 14 de Dezembro, numa extensão de 65,00 metros, e segunda face com o lote de José Tenchena, numa extensão de 25,00 metros e finalmente ao Leste, confronta-se, com a rua Presidente Medici, numa extensão de 144,00 metros, e conforme Registro devidamente transcrito sob n. 11.334, às folhas 52 do livro n. 3-I, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 28/8/85.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA



PROPOSIÇÃO N. 155/85

PARECER:

A Proposição em tela traz um veto aposto ao Projeto de Lei n. 238/84, que foi comunicado a esta Casa, pelo Senhor Governador do Estado, através do Ofício n. DTL/92/85, de 30 de setembro de 1985, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição do Estado e, dos termos da justificativa infere-se que o referido veto foi dado com base no parágrafo 1.º, do Art. 28, da Carta Magna Estadual, considerando o projeto supracitado como contrário aos interesses do Estado.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se assim pela manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29/10/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

NESTOR BAPTISTA

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente solicitando dispensa de votação em Redação Final dos Projetos aprovados em 3.ª Discussão na Sessão do dia 07 de novembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 134/85 que cria o município de Corumbataí do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando a criação de uma Comissão Especial composta de 05 (cinco) membros para verificar "in-loco" a situação das terras cedidas pelo Senhor Secretário da Indústria e Comércio, para desapropriação com fins de implantar a Reforma Agrária no Estado do Maranhão; requeiro a inclusão na referida Comissão de seu nome, tendo em vista a desfiliação partidária, sem ônus para este Poder.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da coluna publicada no "Jornal do Estado" de 06 de novembro do corrente ano, de autoria do jornalista Roberto Barrozo Filho, que do alto de sua sabedoria muito bem analisou a posição tomada pelo Senhor Governador do Estado José Richa, dentro do atual momento político por que passa nosso Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando encaminhamento de expedientes aos Senhores Presidente e Diretor de Pessoal da Rede Ferroviária Federal S/A, sugerindo-lhes que o enquadramento dos ferroviários não optantes e inativos por invalidez seja discutido como meta prioritária pela Comissão de Classificação de Cargos daquela Empresa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal, bem como às Direções da FUNDESCAM; a ADESCAM e ao DARBA, apresentando sugestão para realização de debates visando a realização de eleições diretas para a escolha dos Diretores da FUNDESCAM - Fundação Estadual de Ensino Superior do Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Resolução n. 203/84, que visa aprovar Relatórios Final e Parcerias da CPI da correção. Em discussão.

O SR. IVAN GUBERT (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

10 Senhores Deputados aprovam; 7 Senhores Deputados rejeitam.

Não há quorum para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 43/85.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei n.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 181 e 219/84 e dos Projetos de Resolução n. 104 a 109/85.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 110, 111, 112, 113 e 131/85 e dos Projetos de Lei n. 238, 243 e 278/85.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO CAÍTO QUINTANA, EM SESSÃO DO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 1985.

#### "DIGNIDADE POLÍTICA"

Roberto Barrozo Filho.

"Jornal do Estado".

O Governador José Richa, ao licenciarse das elevadas funções de Chefe do Poder Executivo, portou-se à altura das tradições cívicas do Paraná, captando neste seu gesto de desprendimento, de dignidade e de coragem, a admiração e o aplauso do povo paranaense.

Em suas palavras, ao transmitir o cargo ao Vice-Governador, enfatizou que recebeu, em 15 de novembro de 1982, dois mandatos que lhe foram outorgados pela nossa gente: o de Chefe do Governo e de Chefe Político. E, como é um homem de Partido, dispôs-se a afastar-se da governança, para assumir o comando da campanha em favor do candidato a Prefeito pelo PMDB.

Tal atitude demonstra, acima de tudo, os elevados princípios éticos que norteiam o comportamento do Senhor José Richa, quer como Governador, quer como homem público, leal aos seus companheiros e aos seus amigos.

Não o atingem, pois, nem podem atingí-lo os ataques soezes que lhe desferiu o Senhor Paulo Pimentel através dos órgãos de comunicação a serviço de sua candidatura a Prefeito Municipal; órgãos de comunicação que foram criados, teídos e mantidos pelos cofres públicos, quando pode ele se acerrar do Tesouro do Estado ou da caixa da campanha do Ministro Mário Andreazza, na ocasião em que era chefe do escritório do então candidato a Presidente da República.

Ao Governador José Richa não afetam as difamações, as injúrias, as calúnias, mesmo proferidas em horário oficial do Tribunal Regional Eleitoral, porque todo o Paraná conhece o detrator, e muitas das pessoas mais proeminentes, das famílias mais dignas, já foram vítimas do sadismo inconsequente e impune do vendilhão político.

Hoje, afastado, do Palácio Iguaçu e reintegrado no PMDB para atuar livremente pela candidatura que adotou, cumprindo

aquilo que considera um dever de solidariedade partidária e política, o Senhor José Richa se engrandece, e se distancia ainda mais, como dois pólos opostos, da concepção de moral do ex-Governador Paulo Pimentel.

Não pertença ao PMDB, nem me atrelei ao seu candidato Roberto Requião.

Como jornalista, porém, cabe-me a responsabilidade de analisar os fatos e os atos que repercutem na vida da nossa terra e de criticar ou render tributo de justiça aos homens públicos que o merecem.

E, ao reconhecer o mérito do Governador José Richa neste episódio, devo também registrar que isto só se tornou possível pela integridade, pela correção, pela lealdade e pelos princípios de moderação e de honradez do seu Vice-Governador.

O Senhor João Elísio Ferraz de Campos, na austeridade silenciosa da sua conduta, no zelo e dedicação às atribuições que lhe são conferidas, na descrição do seu comportamento pessoal, tornou-se a garantia que o Governador José Richa necessitava para, embora por poucos dias, mas em momento da maior importância política, abandonar o Poder. O Paraná, pois, rejubila-se com os seus governantes.

De um lado, o Governador se afasta para livremente fazer política partidária e de outro, o Vice-Governador, sobre a qual também recai a confiança do povo, representa o que de mais caro possui a família paranaense.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 25.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 1985.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelo Deputado Anibal Khury e Eduardo Baggio.

Às quinze horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quiêlse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edmar Luiz Costa, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado,

Paulo Furiatti, Pêricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Roberto Requião (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

# SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei Complementar n.85/84, que dá nova redação ao Artigo 1.º da Lei Complementar n. 16, de 09.07.82, mantido seu Parágrafo Único, conforme especifica. (Promoções por avanço vertical por habilitação de Professores e Especialistas de Educação do Quadro Próprio do Magistério). Aprovado.

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 85/84 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### D E C R E T A:

Art.1.º- O Artigo 1.º, da Lei Complementar n. 16 de 09.07.82, suprimido o seu parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 1.º- As promoções por avanço vertical por habilitação de Professores Especialistas de Educação do Quadro Próprio do Magistério, revistas no artigo 32, § 2.º, alínea "b", observado o disposto no artigo 33, e dispensada a exigência do artigo 34, todos da Lei Complementar n. 07, de 22 de dezembro de 1976, com redação dada pela Lei Complementar n. 13, de 23 de dezembro de 198, serão efetuadas, em caráter transitório apenas no ano de 1986, nos meses de abril e outubro".

Art. 2.º- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, re-

vogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões,

em 29 de outubro de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO

Presidente

IVAN GUBERT

Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 236/84, que regula a contratação de operações de arrendamento mercantil (leasing) pela Administração Direta, Indireta e Autárquicas, e dá outras providências. Aprovado.

## REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO E LEI N. 236/84

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

### D E C R E T A:

Art.1.º- As operações de arrendamento mercantil (leasing), a serem contratadas pelos órgãos da Administração Direta do Estado, bem como autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, entidades de sua Administração Indireta, serão procedidas de licitação, ressalvada a dispensa prevista no art. 126, § 2.º, alínea "f", do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art.2.º- Nenhuma operação de arrendamento mercantil será contratada, mesmo quando dispensável a licitação sem prévio projeto de viabilidade econômica aprovado pela autoridade competente e a correspondente dotação no orçamento do órgão ou entidade da administração.

Art.3.º- As medidas previstas nesta Lei são estendidas também à contratação de serviços de auditoria, assessoria, planejamento e qualquer outro serviço na linha auxiliar de administração, à exceção da contratação de serviços com profissionais ou empresa de notória especialização (art. 126, § 2.º, alínea "d", do Decreto-Lei n. 200/67).

Art.4.º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

29 de outubro de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO

Presidente

IVAN GUBERT

Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 241/84, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS EPILÉTICOS DE PATO BRANCO, com sede e foro na Cidade de Pato Branco. Aprovado.

## REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N. 241/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

IVAN GUBERT  
Relator.

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS EPILÉTICOS DE PATO BRANCO, com sede e foro na Cidade do mesmo nome.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em  
29 de outubro de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO  
Presidente

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 81/85, (Mensagem n. 100/85- ex-Proposição n. 88/85), que aprova Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n. 3/83, celebrado em 20.10.83, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e do DER, com o Município de Paranavaí, objetivando construção de ligação rodoviária, Trecho BR 376, Mandiocaba no mesmo Município. Aprovado. (Publicado no D.A. n. 47, de 28.05.85, Mensagem).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a Sessão.